



**PROJETO DE LEI Nº 059/2015**

**Súmula:-** Altera a Lei nº 80/02 que dispõe sobre a reformulação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Apucarana, e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE:-**

**L E I**

**Art. 1º.** Os parágrafos 1º e 2º do artigo 43 e os parágrafos 1º e 2º do artigo 45 da Lei 80/02, de 30 de dezembro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:-

***“Art. 43 (...)***

***§ 1º - O percentual previsto neste artigo será calculado sobre o vencimento base de cada jornada de 20 (vinte) horas semanais.***

***§ 2º - O profissional da educação em função de direção, quando portador de dois cargos de professor, terá a gratificação calculada sobre a soma dos vencimentos básicos dos dois cargos, exceto quando o exercício da função for limitada à jornada de um único cargo.***

***Art. 45 (...)***

***§ 1º - O percentual previsto neste artigo será calculado sobre o vencimento base de cada jornada de 20 (vinte) horas semanal.***

***§ 2º - O profissional da educação em função de coordenação pedagógica ou orientação educacional, quando portador de dois cargos de professor, terá a gratificação calculada sobre a soma dos vencimentos básicos dos dois cargos, exceto quando o exercício da função for limitada à jornada de um único cargo.”***

**Art. 2º.** Revogam-se as disposições em contrário, entrando a presente Lei em vigor na data de sua publicação.

**Município de Apucarana, em 13 de maio de 2015.**

**Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto**  
(Beto Preto)  
Prefeito Municipal



## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

**Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores e  
Senhoras Vereadoras:-**

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para apreciação desse Poder Legislativo, o projeto de Lei em anexo, que altera a Lei nº 80/02, que dispõe sobre a reformulação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Apucarana.

O Projeto de Lei ora encaminhado reafirma o compromisso com a valorização e profissionalização dos servidores da educação, essencial para a sociedade como formador das novas gerações, bem como para a melhoria do desempenho e da qualidade dos serviços prestados à população escolar do Município, além da eficácia e da continuidade da ação administrativa, diretrizes que orientam o trabalho desta gestão.

Nesse sentido, a medida visa a promover a valorização dos profissionais de magistério que exercem as funções de **direção, coordenação pedagógica e orientação educacional** que atualmente, via de regra, exercem as atribuições durante toda a jornada de trabalho e percebem somente a gratificação com base em um padrão do cargo.

Uma vez concretizada, essa disposição irá equilibrar a situação que não vem correspondendo ao efetivo exercício e dedicação dos referidos profissionais com o reconhecimento mediante a implantação da gratificação justa adequando a realidade, como se nota, praticamente inexistem diretoras ou coordenadoras que exerçam as funções em somente 20 (vinte) horas, porém, recebem a gratificação em valores inferiores aos justamente devidos.

Registro, ainda, essa distorção passou a ser criada com a implantação da Educação em Tempo Integral em nosso Município, e a Lei 80/02 não acompanhou as alterações que ocorreram no Sistema Educacional Municipal, ocasionando prejuízos aos servidores e, sobretudo a esses profissionais de ensino ante ao desestímulo para exercício dessas funções.

A fim de demonstrar que foi dada a devida importância à situação Orçamentária do Município, com rigoroso controle das finanças públicas, estabelecendo estruturas dinâmicas e eficientes, evitando o superdimensionamento da máquina administrativa, prejuízo aos servidores públicos municipais e qualquer afronta ao interesse público, segue em anexo, o **Cálculo de Impacto Orçamentário Financeiro**.

Por fim, destaco que o presente projeto de lei visa o ajustamento apenas para os profissionais que atuam 40 (quarenta) horas na função de direção, coordenação pedagógica e orientação educacional, considerando a excepcionalidade do exercício da atividade limitada à jornada de um único cargo.

Assim, entendendo ser de suma importância para o Município à aprovação do presente Projeto de Lei, submeto seus termos ao juízo dessa respeitável Casa Legislativa, e tendo em vista a relevância da matéria, solicito a Vossa Excelência que, na tramitação do presente Projeto de Lei, seja observado o regime de urgência previsto no inciso III, § 3º, do Artigo 23 da Lei Orgânica do Município.

Valendo-me do ensejo, renovo a Vossa Excelência e aos seus ilustres pares a expressão do meu melhor apreço.

**Município de Apucarana, em 13 de maio de 2015.**

**Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto**  
(Beto Preto)  
Prefeito Municipal